

REVOGADO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ N. 256 DE 25 DE AGOSTO DE 2011.

Dispõe sobre a declaração de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas e de vencimentos e proventos pelos servidores do Tribunal.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXI, do Regimento Interno e considerando o disposto nos arts. 118 e 120 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o que consta do Processo Administrativo STJ n. 11177/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores do Superior Tribunal de Justiça ocupantes de cargo efetivo ou de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração pública, bem como os cedidos para o Tribunal no exercício de cargo em comissão ou de função comissionada, devem firmar declaração de acumulação ou não de cargos, empregos e funções públicas, assim como de vencimentos e proventos.

Parágrafo único. Os servidores que declararem acumular cargos, empregos ou funções públicas devem apresentar declaração do órgão ou entidade a que se vincularem, contendo as informações sobre esse cargo, emprego ou função, a carga horária semanal e o horário de trabalho.

Art. 2º Cabe à Secretaria de Controle Interno averiguar a veracidade das informações prestadas na declaração, devendo essa ação contar com a colaboração das unidades a que os servidores estejam subordinados.

Art. 3º A declaração deverá ser renovada a cada dois anos, no mês de fevereiro, mediante utilização do formulário específico, disponível na rede interna de comunicação.

Art. 4º Os servidores que declararam acumular cargos, empregos ou funções públicas na forma prevista na Portaria n. 9 de 21 de janeiro de 2009 deverão apresentar, no prazo de 30 dias, a declaração de que trata o parágrafo único do art. 1º desta portaria.

Art. 5º Fica revogada a [Portaria n. 9 de 21 de janeiro de 2009](#).

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER